



AVALIAÇÃO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

AULA 5



Profª Camila Casteliano Pereira dos Santos

CONVERSA INICIAL

Nesta aula, pretende-se abordar os aspectos referentes às dinâmicas da avaliação nas diferentes modalidades de aprendizado. A aula está dividida em cinco tópicos relacionados às reflexões sobre a avaliação nos contextos de educação infantil, ensino médio e técnico, ensino superior e educação de jovens e adultos. Ao fim, trataremos da avaliação como implicação prática dos temas abordados.

TEMA 1 – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerando que o centro das aprendizagens escolares é o aluno, a avaliação deveria ter caráter includente, mas configura-se, em suas vertentes, como uma ferramenta muitas vezes de exclusão. Interpretar e praticar a avaliação erroneamente, ou seja, de forma a classificar meramente para obter dados numéricos, vai de encontro com uma educação que deveria levar em conta todo o desenvolvimento do aluno e suas aquisições, superações e inteirações ao longo da trajetória escolar.

o termo avaliação é de utilização recente, já que a palavra “exame” era mais frequentemente utilizada para designar provas de conhecimento. Datam aos remotos 1200 a.C. as primeiras práticas de avaliação/exame de que temos notícia. Esses exames eram realizados pela burocracia chinesa com intuito de selecionar (somente junto aos homens) aqueles que deveriam ocupar cargos públicos. Desde seus primórdios, portanto, verificamos na avaliação a predominância de um componente seletivo em detrimento a qualquer aspecto educativo (Diligenti, 1998, p. 21).

Esse componente seletivo do qual o autor se refere, mais que classificar, seleciona os “mais capacitados”. No entanto, na escola, ele pode resultar no comprometimento do desenvolvimento escolar, na estigmatização e no desenvolvimento de baixa estima, devido a suas características rígidas de diagnosticar a aprendizagem de um aluno. A prova com caráter excludente, segundo Luckesi (2010, p.21), é feita da seguinte forma: “Os professores elaboram suas provas para provar os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem”. Contudo, se a avaliação é voltada para levantar dados sobre as aquisições dos alunos e, ainda, avaliar a participação do professor em sua prática pedagógica, ela é instrumento de reconhecimento da aprendizagem e das dificuldades dos alunos.



Consultando a diversos autores da área que escrevem sobre avaliação, buscou-se encontrar alguns significados apontados. Para Diligenti (2003), as relações entre professor e aluno são essenciais para levantar dados sobre o aproveitamento escolar. A resultante dessa interação é o aproveitamento do aluno junto às suas dificuldades e não aquisições sobre o conhecimento escolar.

Segundo Hoffmann (2007, p. 13), a avaliação não deve ser somente testes, provas ou exercícios, boletins, fichas, relatórios e dossiês dos alunos. É preciso que a avaliação esteja compromissada com a formação dos sujeitos, sua inserção social e participativa e sua interação com o mundo que o cerca, para poder compreender as relações de poder presentes. No campo da avaliação, a disputa e a competitividade do mercado favorecem a disputa e a concorrência, mas, na escola, a aprendizagem vai além de inferir notas e médias nas disciplinas cursadas. Para Silva (1992), avaliar é determinar o valor de alguma coisa. Isso remete a avaliar a prática pedagógica do professor, a aprendizagem do aluno e as possibilidades de desenvolvimento de novas práticas e metodologias que enalteçam novas aprendizagens significativas para os alunos.

Por volta do século XVII, a avaliação, nascida com os colégios, tornou-se indissociável do ensino escolar (Perrenoud, 1999). Porém, na história da educação, o elemento mais importante do processo de ensino não deveria ter sido resultado de desempenho. A avaliação, para o professor, é uma forma de avaliar sua própria prática e o aproveitamento do aluno, que, por sua vez, pode utilizar-se da avaliação para levantar quais conteúdos não foram apropriados e, posteriormente, fazer retomadas com ou sem o auxílio do professor.

Dessa forma, a avaliação está presente em todas as modalidades da educação básica brasileira, compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental I e II, e o ensino médio.

1.1 Avaliação na educação infantil: metodologias e práticas

A avaliação na educação infantil é “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, a melhoria do objeto avaliado” (Hoffmann, 2012, p. 13). O caráter processual da avaliação nessa etapa da educação emerge em campos de avaliação e desenvolvimento e de procedimentos necessários para que a criança tenha condições e ambientes favoráveis de aprendizagens.



A criança quando é direcionada a desenvolver uma atividade lúdica, como dançar com um companheiro, por exemplo, deve ser observada pelo professor no sentido de avaliar sua atenção, sua desenvoltura em agir conforme o comando, sua atenção, motricidade, capacidade de relacionar-se com o outro e com o ambiente que a cerca, junto às respostas aos objetivos traçados na intervenção pedagógica.

avaliar o desenvolvimento de uma criança é uma ação complexa e exige da escola um olhar de extrema atenção, um conhecimento sobre o aprender e o desenvolver do aluno, para que assim, através de metodologias de avaliação ou de instrumentos variados seja possível aferir de maneira mais sistematizada, contemplando o indivíduo e seus avanços (Silva; Urt, 2014, p. 63).

A atenção do professor ao avaliar a criança determina seu trabalho pedagógico e as práticas que serão desenvolvidas para que ela possa superar suas dificuldades de desenvolvimento corporal, intelectual e cognitivo. Assim, ao avaliar, o professor reflete sobre sua prática e busca o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuam com o aproveitamento da criança em participar ativamente de seu processo de desenvolvimento escolar.

A mediação desenvolvida na educação infantil faz parte de um processo de ensino-aprendizagem em que o professor encaminha a criança às aprendizagens no desenvolvimento de diálogos, reflexão, planejamento e replanejamento a partir da avaliação. Dessa forma, os diferentes olhares do professor para o processo de ensino também são necessários na avaliação. Portanto, de caráter colaborativo, avaliar é proporcionar novos métodos, procedimentos e encaminhamentos para que a criança se desenvolva e aprenda. Para isso, são necessárias atividades significativas, com objetivos específicos voltados para sanar as dificuldades encontradas na avaliação.

A avaliação na educação infantil, segundo Hoffmann (2010, p. 20), é:

(a) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas; (b) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios; (c) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embaixador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico.



Todas essas ações feitas pelo professor em prol do desenvolvimento da criança na escola remetem ao comprometimento docente em disponibilizar meios para que ela aprenda. Nesse sentido, a partir da avaliação, é possível desenvolver encaminhamentos que vislumbrem e sanem as dificuldades encontradas. É a partir da avaliação que se pode analisar, repensar e organizar a prática pedagógica com crianças da educação infantil.

TEMA 2 – AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A avaliação como forma de diagnosticar as aprendizagens pode ser praticada no ensino fundamental I, mas é preciso cautela quanto à sua aplicação e desenvolvimento no decorrer do processo escolar. Atribuir notas ou menção na avaliação de um aluno deve ser evitado para que ele não se sinta “acuado” em suas aprendizagens. Isso quer dizer que, ao avaliar a aprendizagem, é preciso ter a consciência de que essa ação faz parte de um processo e são necessários dados referentes tanto das intervenções docentes e do trabalho do professor quanto das aprendizagens e não aprendizagens dos alunos. Conforme a especificidade do trabalho desenvolvido, a partir da avaliação, o professor passa a pensar sobre sua prática junto a encaminhamentos que estejam a serviço das aprendizagens dos alunos.

A partir de um processo amplo de aprendizagens, a avaliação no 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano de ensino fundamental I e 6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental II requer um trabalho docente com a responsabilidade de tornar possíveis as aquisições e o desenvolvimento escolar. Se a avaliação é meramente um diagnóstico de aprendizagens e não é utilizada para a reflexão e análise do processo, ela se perde em seus objetivos, e a pedagogia escolar reflexiva preocupa-se, sobretudo, com o desenvolvimento do aluno a partir de levantamento de suas dificuldades para novas abordagens.

Tais abordagens são os encaminhamentos e procedimentos direcionados a sanar as dificuldades encontradas. Utilizam-se, para isso, várias metodologias com um mesmo conteúdo, afinal, os alunos são diferentes quanto ao modo de aprender e, se forem utilizados seus conhecimentos, os conteúdos escolares terão mais significado. É preciso, então, aproximar os conhecimentos científicos dos conhecimentos empíricos dos alunos de forma a inferir sentido a eles.

A avaliação no ensino fundamental é constituinte e integradora. *Constituinte* diz respeito ao pertencimento das ações de planejamento, da



constituição do projeto-pedagógico, do ensino e da aprendizagem. *Integradora* refere-se ao diálogo desenvolvido entre ensino, aprendizagem, planejamento e o próprio processo avaliativo. Segundo Sacristán (1998, p. 297), “a avaliação serve para pensar e planejar a prática didática”. Da mesma forma, a prática didática, ao ser utilizada para atender às especificidades do aluno, é a resultante de um processo diagnóstico de dados. De porte desses dados, o professor desenvolve práticas que podem resultar em superações e inserções dos alunos nos processos.

Segundo Hoffmann (1993, p. 23), “a avaliação contínua é vista como acompanhamento da aprendizagem, identificando as conquistas, problemas e o desenvolvimento dos alunos”. A apropriação do aluno, nesse processo, deriva de práticas que podem ser desenvolvidas à luz dos resultados dos dois tipos de avaliação: a avaliação diagnóstica e a avaliação formativa.

Na avaliação diagnóstica, o professor levanta dados sobre os conteúdos não apropriados pelo aluno e sobre suas aprendizagens efetivadas no período anterior ao que está inserido, junto às aquisições e conhecimentos não assimilados, defasados e não apropriados. Dessa forma, a avaliação diagnóstica, além de orientar o professor nas intervenções para que o aluno avance nas aprendizagens, ainda enaltece um trabalho preocupado com o aluno individualmente, para depois trabalhar os conteúdos curriculares com todos os alunos em conjunto. Também, a partir dessa avaliação, pode-se levantar o nível de domínio do aluno de conteúdos que ainda serão trabalhados no ciclo escolar no qual se encontra. Por exemplo, se um aluno do 2º ano é avaliado no início do ano, pode-se aplicar uma avaliação diagnóstica utilizando conteúdos já trabalhados no ciclo anterior, assim como conteúdos que serão trabalhados no ciclo presente, do 2º ano, o que serve para avaliar o desenvolvimento cognitivo do aluno. Para Coelho Neto (1980, p. 39), a avaliação diagnóstica:

pretende definir o nível de aprendizado apresentado por cada aluno no sentido de verificar pré-requisitos estabelecidos para o programa, curso ou período que foram atendidos. De outro modo, a avaliação diagnóstica analisa se o aluno apresenta os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para prosseguir as demais atividades.

Prosseguir com os conhecimentos que são apresentados de forma linear na escola representa para a aprendizagem do aluno uma concordância, ou seja, um engajamento nos conteúdos de forma a progredir crescentemente, de aprendizagens mais simples para as mais complexas. Isso quer dizer que



primeiramente o aluno tem contato com as vogais e todas as suas possibilidades de leituras; depois, sua utilização social, escrita e linguística; e por fim, a leitura e contextualização com o mundo de possibilidades que o cerca.

A avaliação formativa, por sua vez, busca insuficiências apresentadas durante o processo, de acordo com o início, o desenvolvimento e a dificuldade apresentada. No entanto, é a partir dessa avaliação que se pode desenvolver aprendizagens posteriores, ou seja, preparar o aluno para contextualizar novos conhecimentos a partir de elementos menos complexos para os mais elaborados. Com caráter cumulativo, a avaliação formativa é caracterizada por sua relevância ao avaliar e diagnosticar o acúmulo de conhecimentos adquiridos mediante um processo escolar de ensino e aprendizagem.

Segundo Sobrinho (2000), a avaliação pode ser também somática, conhecida por classificatória ou tradicional.

TEMA 3 – AVALIAÇÃO NO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

A avaliação da aprendizagem é tratada nas Diretrizes Curriculares Nacionais de forma contínua com o ensino, levando-se em conta o projeto político-pedagógico da escola, para verificar as aprendizagens que precisam ser enaltecidas na prática pedagógica e indicar os pontos positivos e negativos dos procedimentos e encaminhamentos realizados.

o homem precisa averiguar permanentemente se o processo está de acordo com os objetivos que pretende atingir. É nisso que consiste a avaliação, que, assim se mostra ao mesmo tempo como algo específico do ser humano e como processo imprescindível à realização do projeto de existência histórico do mesmo (Paro, 2001, p. 34).

Os objetivos que se pretende atingir educacionalmente são relevantes para a formação do sujeito social e intelectual, de forma a propiciar uma educação voltada à formação política dos alunos em desenvolvimento.

O Exame Nacional de Ensino Médio, Enem, ao contrário do ensino fundamental I e II, é feito a partir dos conhecimentos de todas as disciplinas do currículo, e não somente língua portuguesa e matemática.

No “numeramento” e “letramento” presentes nas duas primeiras etapas do ensino fundamental e ensino médio, é dada ênfase à formação para o mercado de trabalho. Embora o ensino médio configure-se, atualmente, em formar o jovem para inseri-lo no mercado de trabalho, ainda deixa a desejar, pois não forma em área nenhuma.



Nosso sistema caminhou para uma escola única de ensino médio não vocacional, que deve ser cursada por todos. O ensino profissional de nível médio agrega disciplinas de cunho profissional ao ensino acadêmico comum a todos, o que pode ser feito concomitante ou subsequentemente ao ensino médio regular. Assim, as disciplinas profissionais associadas à formação técnica de nível médio são complementares, ao invés de substitutas, à formação acadêmica comum. Além de não possuímos uma escola profissional alternativa ao ensino acadêmico regular, a proporção de jovens que frequentam a educação profissional é pequena. Menos de 10%, quando na Europa essa proporção chega a 50%. Embora a maioria dos alunos de ensino médio curse o ensino não profissionalizante, a maior parte não ingressa no ensino superior. Dada a evasão escolar antes do final do ensino médio, concluímos que a maioria dos brasileiros transita da escola para o mercado de trabalho sem obter uma formação profissional (Fernandes, 2011, p. 5).

Dessa forma, o ensino técnico ainda tem um percurso a percorrer a partir da realização de uma nova organização curricular que atenda os jovens em sua formação profissional.

TEMA 4 – AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A avaliação a nível federal na educação superior se dá a partir do Enade, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, oriundo da Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, que atribui ao Ministério da Educação a missão de formular e avaliar a política nacional de educação. Tem como objetivo avaliar a formação acadêmica e atribuir notas para as instituições de ensino superior de todo o Brasil (Brasil, 1995).

Nos processos institucionais, a avaliação se dá a partir de diagnósticos das aprendizagens no final de um período, a chamada avaliação somativa, que implica o uso de avaliações e provas escritas. Repensar as práticas avaliativas a partir de sua avaliação faz-se necessário nas instituições de ensino superior.

TEMA 5 – AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma modalidade de ensino que atende alunos que não tiveram a oportunidade de estudar em idade própria ou que buscam formação escolar para melhorar suas condições de trabalho e de vida, requer do professor um olhar voltado às suas especificidades, pois ele está inserido em um contexto escolar que deve levar em consideração suas experiências de vida e seus conhecimentos adquiridos historicamente. O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz que:



§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, 1996).

Nesse contexto, a avaliação se dá a partir de interações entre professor e aluno, sendo essencial, portanto, a avaliação diagnóstica no início de um trabalho docente e, posteriormente, o desenvolvimento de atividades que possam levar o aluno a se desenvolver cognitivamente.

Concomitantemente, a avaliação que pode ser desenvolvida na EJA difere conforme o contexto em que está inserida, cabendo ao professor utilizar-se dos diferentes tipos de avaliações para que o aluno possa concluir seus estudos e progredir em seu trabalho, em sua vida e inserir-se politicamente na sociedade.

Na educação de jovens e adultos, a avaliação formativa pode desenvolver nos alunos seu senso crítico para as aprendizagens. Ao permitir que o aluno refaça uma prova, por exemplo, o professor estará possibilitando que ele se autocorrija e perceba os pontos que precisa melhorar e se dedicar mais. Para o professor, é um documento que o auxilia em suas intervenções e no desenvolvimento de novas metodologias e práticas pedagógicas.

O feedback desempenha um papel crucial na aprendizagem porque, através dele, os alunos são sistematicamente lembrados dos níveis de aprendizagem, ou dos padrões, que é necessário alcançar e ficam cientes dos seus próprios progressos, considerando a comparação com seus desempenhos anteriores ou critérios previamente definidos (Fernandes, 2011, p. 99).

As inferências ao processo de avaliação podem suscitar desenvolvimento tanto do aluno quanto do professor facilitador das aprendizagens.

O “Provão da EJA”, realizado pelas secretarias estaduais de educação, é uma forma de obter o grau de estudos referente à escolarização pretendida (ensino fundamental e ensino médio). O aluno não precisa estar matriculado em instituição de ensino, e, aos que frequentam, também é dada a oportunidade de avançar no grau acadêmico na aprovação do exame.

NA PRÁTICA

Ao entrarmos em contato com as diferentes modalidades de ensino, percebemos a importância da avaliação para entendermos a efetividade da aprendizagem dos diferentes conteúdos, bem como a avaliação geral dos processos envolvidos nos contextos pedagógicos.



Uma das rotinas mais expressivas no ensino médio, por exemplo, pode ser percebida no período de realização dos exames finais de períodos letivos. Nessa época, toda a escola é mobilizada e professores concebem e aplicam testes e provas, revisam conteúdos, corrigem exames e procedem com os encaminhamentos dos resultados.

FINALIZANDO

Nesta aula, tratamos da presença dos processos avaliativos nas diferentes modalidades de ensino, sendo empregados para medir os resultados envolvidos nos contextos pedagógicos. Seja na educação infantil, ensino fundamental, médio e técnico, seja no ensino superior e na educação de jovens e adultos, a avaliação se faz presente como um importante instrumento para assegurar os resultados esperados, visando a efetivação do direito à educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL/MEC. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Portaria n. 2.051**, de 9 de julho de 2004. Brasília: Conaes, 2004.
- COELHO NETO, A. **Avaliação sem medo**. Fortaleza: Progresso, 1980.
- DILIGENTI, M. P. **Avaliação participativa no ensino superior e profissionalizante**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- FERNANDES, R. **As avaliações e os desafios do ensino médio**, 2011. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/agenda11.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- HOFFMANN, J. **Pontos e contrapostos: do pensar ao agir em avaliação**. 9. ed. Porto Alegre, 1993.
- _____. **O jogo do contrário em avaliação**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- _____. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- _____. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SACRISTÁN, J. G. Avaliação no ensino. In: SACRISTÁN, J. G.; GOMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.



SILVA, J. P; URT, S. C. Educação infantil e avaliação: uma ação mediadora.
Nuances: estudos sobre educação, v. 25, n. 3, p. 56-78, Presidente Prudente,
set./dez. 2014.